



Tecnologia e empregos: uma luz no fundo do túnel

» JOSÉ PASTORE

Professor da Universidade de São Paulo, Presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da Fecomércio-SP e membro da Academia Paulista de Letras

Se perguntarmos a um trabalhador do setor industrial da Alemanha se ele teme as novas tecnologias, provavelmente, ele dirá que teme as velhas tecnologias. Isso porque ele sabe que a empresa onde trabalha só pode sobreviver e crescer se for extremamente eficiente e, para tal, usar as novas tecnologias. É o que garante o seu emprego.

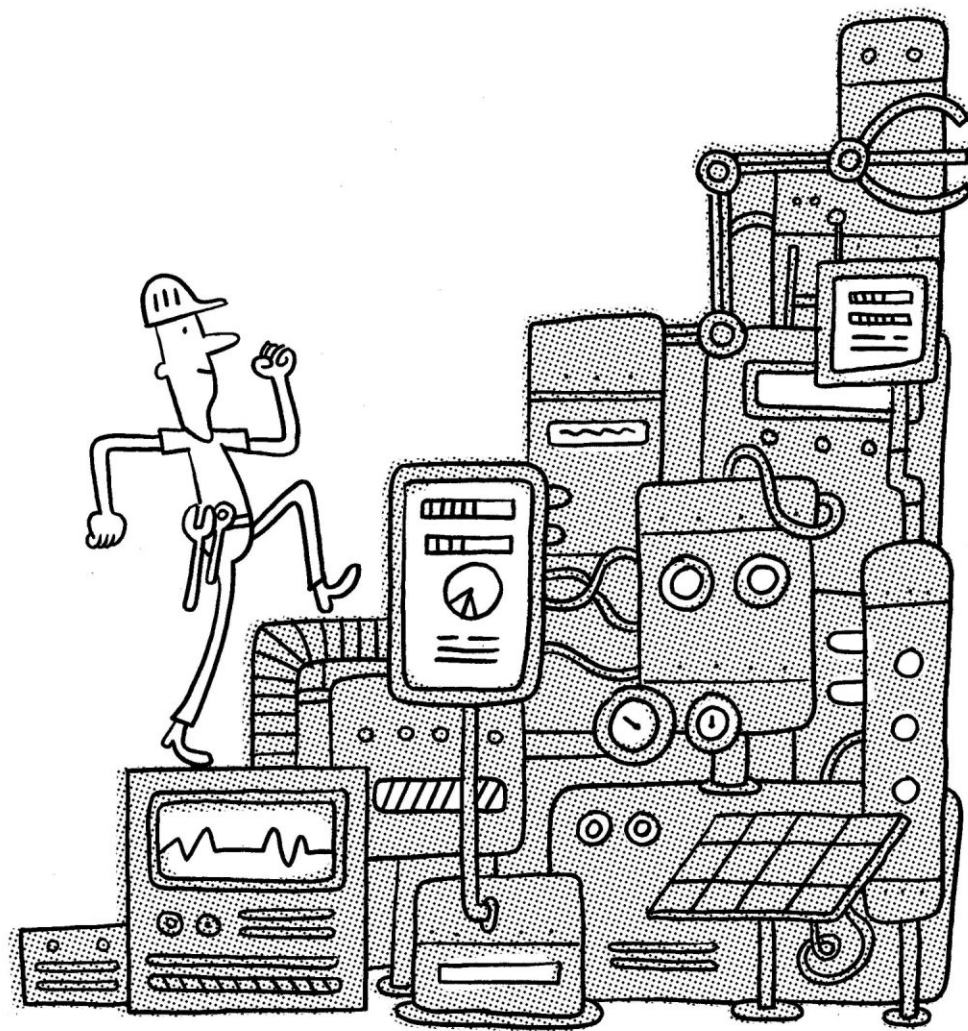
Isso não significa que a digitação, a automação e a inteligência artificial não ameçam os empregos dos alemães. Eles compreendem, porém, que o seu maior impacto será na transformação das diferentes profissões e, para isso, se preparam. Na Alemanha, mais de 50% dos jovens cursam escolas que utilizam o sistema dual: eles ficam uma parte do tempo nos bancos escolares e, outra, nas oficinas e escritórios das empresas. É assim que combinam conhecimentos teóricos com a prática em 300 profissões e quando adquirem a flexibilidade para estudar e aprender a vida toda.

O mesmo sistema, com ligeiras adaptações, existe na Áustria, Holanda, Suécia, Dinamarca, Noruega e Finlândia. São também os países que apresentam as mais baixas taxas de desemprego na Europa. Ou seja, a boa educação prepara as pessoas para enfrentar o desconhecido no dia a dia — o que é essencial num mundo em que as tecnologias evoluem a uma velocidade alucinante.

Devo alertar o leitor que a estratégia de usar a educação como veículo para o ajuste ao mundo tecnológico é extremamente difícil. Não é qualquer tipo de educação que garante isso, mesmo porque, na maioria dos países, os currículos escolares e a capacitação dos professores evoluem de maneira muito mais lenta do que as novas tecnologias. Nesses casos, a escola está sempre atrasada. Isso só não ocorre quando escola e empresa entram em estreita simbiose, como é o caso do sistema dual. Ali, teoria e prática convivem em constante intimidade.

No Brasil, temos uma semente do sistema dual em fase experimental no Senai que, desde 2016, ministra cursos em parceria com empresas instaladas em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, tendo ainda como participante a Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha.

Embora seja cedo para avaliar o modelo, os primeiros resultados mostram avanços notáveis em matéria de versatilidade dos alunos que vêm recebendo esse tipo de preparação. A ampliação dos cursos fará o Brasil dar um grande salto, pois, ao contrário da



G O M E Z

Alemanha, entre nós apenas 8% dos jovens se matriculam no ensino profissional e, mesmo assim, em escolas afastadas da realidade das empresas. Para os interessados sugiro a leitura de *Referências e guia de operacionalização do modelo Senai de ensino dual*, Brasília, Senai, 2015.

O mundo atual não deixou aos seres humanos a escolha entre adotar ou não adotar as novas tecnologias. Essas são imperativas para melhorar a produtividade, a competitividade e a qualidade dos bens e serviços, assim como para reduzir seus preços.

Além do mais, é preciso reconhecer o elevado papel social das novas tecnologias. Elas mesmas simplificam enormemente o processo de ensino e aprendizagem que podem ser feitos a distância em grandes grupos, usando recursos até então desconhecidos e inacessíveis para a maioria dos seres humanos. As novas

tecnologias são de acesso crescente. Com elas, crianças, jovens e até idosos aprendem com mais facilidade e maior velocidade. Muitos interagem com as máquinas que corrigem erros e indicam caminhos até então desconhecidos e inexplorados.

Ou seja, as próprias tecnologias estão dando aos professores e às escolas um enorme ganho de eficiência. É inegável haver economias de escala expressivas no sistema educacional, quando se utiliza adequadamente as informações e os conhecimentos facilitados pelas novas tecnologias. Tudo isso me leva a propor aos leitores que encarem a automação e a inteligência artificial não apenas como destruidoras de empregos, mas também como promotoras da capacidade produtiva dos cidadãos, indutores de investimentos e de oportunidades de trabalho e democratização do acesso aos conhecimentos humanos.



ARI CUNHA

DESDE 1960

VISTO, LIDO E OUVIDO

aricunha@dabr.com.br
com Circe Cunha // circecunha.dfg@dabr.com.br

Mais cobranças sem contrapartidas

Leis e salsichas continuam, séculos depois, sendo feitas com os mesmos ingredientes estranhos e indigestos. No Distrito Federal, a profusão e as trapalhadas na confecção de instrumentos legais, por suas bizarrices, fazem parte do anedotário local. Com a emancipação política da capital, uma fantástica fábrica de salsichas foi instalada no Palácio do Buriti e na Câmara Legislativa, passando a produzir, em ritmo febril, leis, códigos, preceitos, regulamentações e outras regras diversas, boa parte visando ou a engordar os cofres do governo ou a trazer benefícios diretos e indiretos aos políticos locais.

Da população, tornada alvo da profusão de novas leis, vieram os muitos recursos para atender à avalanche de novos diplomas legais. Dentro dos pacotes de medidas, editadas a torto e a direito, o que chama a atenção é a intenção do GDF em estabelecer, por decreto, o estacionamento rotativo pago nas áreas centrais da capital.

Praticamente, em todas as vagas públicas situadas dentro do perímetro urbano da cidade serão cobradas por hora de estacionamento. Para uma metrópole, com uma média de 55 carros para cada 100 habitantes, onde 1,7 milhão de veículos circulam para cima e para baixo todos os dias, deverá render uma verdadeira fortuna aos cofres públicos.

Isso sem falar dos impostos, taxas e multas cobradas a cada minuto pelos órgãos fiscalizadores de trânsito espalhados pelos quatro cantos da cidade. Assim, a cada dia, fica impraticável circular de automóvel por Brasília. Note-se que a capital foi concebida exatamente em cima da noção, corrente à época, de que o corpo do brasileiro, ao contrário do senso comum, se dividia em cabeça, troncos e rodas.

Interessante e sintomático é notar que medidas como essa chegam muito antes de se pensar em transporte público de qualidade, tipo metrô de superfície ou VLT. O pior é que a iniciativa ainda virá revestida de justificativa despropositada e seletiva. Pela intenção, contida no projeto do GDF, 50% do dinheiro arrecadado pela exploração das vagas serão destinados ao Instituto de Previdência dos Servidores do DF (Iprev).

É preciso lembrar que esses espaços públicos foram construídos com os recursos de todos os brasileiros indistintamente, servidores ou não, não sendo justo que apenas uma categoria venha a se beneficiar agora da exploração das áreas.

Urbanistas e outros entendidos em projetos e ordenamentos das cidades, há muito tempo, alertam aos governos para a necessidade da instalação de transportes públicos eficientes. Somente um sistema de qualidade poderá reverter o caos no trânsito. Isso é ponto pacífico. Querer inventar a roda quadrada para tapar rombos em institutos com medidas dessa natureza é andar sem sair do lugar. Ao dobrar a esquina, intenções desse tipo, inexoravelmente, vão trombar de frente com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), agregando mais um instrumento legal à coleção do anedotário local.

»» A frase que foi pronunciada

“As únicas coisas que evoluem por vontade própria em uma organização são a desordem, o atrito e o mau desempenho.”

Peter Drucker

Ao leitor

» Agora ficou mais fácil para os nossos leitores participarem do Blog do Ari Cunha. Basta preencher, por meio do Blog do Ari Cunha e participar sem que seja necessário fornecer mais dados. Essa coluna é a voz de Brasília. Faça valer!

Novidade

» Será criado o Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa Idosa. Trata-se de um banco de dados com as informações dos dados obtidos em censos relacionados a essa faixa da população. Dados georreferenciados, além de permitirem a identificação a caracterização socioeconômica das pessoas idosas, registrarão as políticas públicas adotadas nas regiões para esse segmento da população.

Solução

» Perde toda a credibilidade a Caesb quando nega que a qualidade da água esteja ruim. Com as redes sociais, centenas de vídeos foram gravados mostrando a água barrenta ou branca de tanto cloro. Só há uma forma de a comunidade brasileira acreditar que a qualidade é boa. Colocar os altos funcionários da Caesb para beber a água em pelo menos 10 residências de consumidores do DF que estejam reclamando da qualidade do líquido.

Silêncio

» A Mega da Virada novamente é alvo de desconfiança. Quem tem a caixa-preta sobre o assunto é o senador Álvaro Dias. Já falou em plenário várias vezes sobre essa trama. Mas, como é fonte de dinheiro, o escândalo não sai da caixa.

Quem vai pagar essa conta?

» HÉLIO COSTA

Presidente do conselho da Associação Brasileira de Telesserviços (ABT)

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, recentemente, que o ICMS, um imposto estadual, não pode ser incluído na base de cálculo do PIS e da Cofins, ambos tributos federais. Como consequência, para compensar a perda de arrecadação, a Receita Federal (RFB) teria realizado estudos para avaliar eventual elevação de alíquotas destes tributos federais. A alíquota atual do setor de serviços é de 3,65%, cumulativa sobre a receita bruta; para a indústria e o comércio, de 9,25%, não cumulativa. Caso a intenção de aumentar estas alíquotas se concretize, setores de serviços com alta capacidade de geração de empregos — mas que recolhem ISS e não ICMS e, portanto, não tiveram economia com a decisão do STF — serão fortemente impactados pelo aumento da carga tributária.

Os setores que recolhem ICMS são aqueles que comercializam produtos, como a indústria e o comércio. A maior parte do setor de serviços recolhe o ISS. Caso a elevação da alíquota do PIS e da Cofins seja colocada em prática para os todos os setores, e não somente para os que pagam o ICMS e foram beneficiados com a decisão citada do STF, o setor de serviços pagará uma conta que não está relacionada à natureza dos seus negócios, que recolhe ISS e não ICMS.

É importante destacar que o setor de serviços é um dos que mais emprega no Brasil. Eventual medida nesse sentido impactaria

diretamente na geração de empregos em uma conjuntura econômica delicada, que está nos primeiros passos da recuperação. Elevar tributos no momento em que o Brasil ainda tem 13 milhões de desempregados vai apenas aumentar esse número, começando pelo setor de telesserviços.

A Associação Brasileira de Telesserviços (ABT) estima que, se o aumento fosse de 0,75% na alíquota do PIS/Cofins, isso resultaria na perda de 100 mil empregos somente nas empresas associadas, que representam um terço dos empregos no setor. Com margens estreitas de rentabilidade e tendo a mão de obra correspondendo a 80% dos custos dessas empresas, qualquer aumento de tributos afeta diretamente a geração de empregos.

A empregabilidade segue como pilar socioeconômico do setor de contact center. Em mais de 10 anos, o mercado de contact center cresceu 244% em contratação de mão de obra. O setor é responsável pela qualificação de jovens, promovendo sua ascensão social e melhorando a empregabilidade em outras áreas. É também um importante formador de mão de obra qualificada, investindo até 7% do faturamento em treinamento e capacitação. Em estudo realizado pela LCA Consultores, demonstrou-se que a cada emprego gerado em contact center, outro é gerado na economia, o que demonstra a alta capacidade do setor na geração de renda.

Esse mesmo estudo verificou que os multiplicadores de produção do setor de contact center são maiores que os da indústria. Por exemplo: para cada R\$ 1 milhão alocados no setor de serviços, são gerados na economia brasileira, em 1 ano, R\$ 800 mil em salários, 80 empregos e R\$ 4,4 milhões na produção. Já com a alocação do mesmo montante de R\$ 1 milhão na indústria seriam gerados R\$ 421 mil em salários, 37 empregos e R\$ 3,7 milhões na produção.

Esses dados reforçam que o setor de contact center tem um papel muito relevante na recuperação de emprego, na expansão da massa salarial e na retomada do poder de consumo da população. Por outro lado, elevar impostos põe em risco a recuperação da economia e geração de empregos. Extremamente sensível a esses movimentos bruscos e ocasionais, o setor de serviços não funciona como a indústria e o comércio, que têm a opção de transferir parte do aumento de alíquotas para o consumidor. Os estudos em torno destas simulações da RFB para o aumento da alíquota do PIS e da Cofins ainda não foram divulgados. Mas, caso haja aumento da carga tributária isto seria devastador para o setor de telesserviços, que tem margem reduzida de lucro. O desafio é encontrar uma solução para que o setor de serviços não seja punido por uma compensação que não lhe diz respeito.

»» História de Brasília

» Não está agradando aos credores da Novacap, o critério adotado pela companhia para o pagamento das dívidas. O sacrifício dos grandes credores em pagamento dos pequenos, tem deixado muitas firmas em dificuldades. (Publicado em 12/10/1961)